

As Bases Epistemológicas da Educação do/no Campo¹

HELOISA DA SILVA BORGES²
IVANILDE DE LIMA PINHEIRO³
IRACI CARVALHO UCHÔA⁴
ÉRICA DE SOUZA E SOUZA⁵

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Resumo

Este artigo objetiva discutir as bases epistemológicas que materializam e fundamentam a Educação de Educação do/no Campo enquanto paradigma contra-hegemônico. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica no diálogo com teóricos como: Caldart (2004, 2012abc), Arroyo (2012), Borges (2015), Freire (2013), Rossi (2014) e outros. A centralidade das reflexões fundamenta-se na tradição pedagógica da Pedagogia Socialista crítica, Pedagogia do Oprimido e todas as contribuições da Educação Popular decorrente do pensamento de Paulo Freire e da Pedagogia do Movimento enquanto referências prioritárias da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação no/do Campo. Pedagogia Socialista. Pedagogia do Oprimido. Pedagogia do Movimento.

Abstract

This article aims to discuss the epistemological bases that materialize and ground the Education of Education of/in the Field as a counter-hegemonic paradigm. To do so, we use bibliographical research in dialogue with theorists such as Caldart (2004, 2012abc), Arroyo (2012), Borges (2015), Freire (2013), Rossi (2014) and others. The centrality of the reflections is based on the pedagogical tradition of Critical Socialist Pedagogy, Pedagogy of the Oppressed and all contributions of Popular Education arising from Paulo Freire's thought and the Pedagogy of the Movement as priority references of Rural Education.

¹The Epistemological Bases of Rural Education

²Graduada em Pedagogia (FACED/UFAM), Especialista em Educação de Jovens e Adultos (FACED/UFAM), Mestrado em Educação, na Linha de Políticas Públicas e Doutorado em Educação na Linha de Formação de Professores, pelo PPGE da FACED/UFAM. Atualmente Professora do Departamento de Administração e Planejamento e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Amazonas e coordenadora Institucional do Parfor-UFAM. <https://orcid.org/0000-0001-7629-7056>. E-mail: heloborges@ufam.edu.br

³Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (2020). Formada em Pedagogia pela Faculdade Martha Falcão (2010). <https://orcid.org/0000-0003-1391-2159>. E-mail: ivalima48@gmail.com

⁴Graduada em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar pela Laureate International Universities/UNINORTE(2010-2013). Possui mestrado em Educação (UFAM/2018), com ênfase nas categorias Trabalho e Educação do/no Campo. É Doutora em Educação na linha de pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (UFAM/2022). <https://orcid.org/0000-0003-1794-924X>. E-mail: rauchoa100@outlook.com

⁵Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas e tem como foco de pesquisa Educação do Campo e Formação de Professores. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas <http://orcid.org/0000-0002-2470-2483>. E-mail: souzaoficial7@gmail.com

Keywords: Rural Education. Socialist Pedagogy. Pedagogy of the Oppressed. Movement Pedagogy.

INTRODUÇÃO

A Educação do/no Campo é uma concepção de educação que vem sendo discutida no Brasil desde a década de 1990, tendo como questões centrais a luta pela terra e reforma agrária, a inclusão e o reconhecimento do sujeito do campo, que incidem na valorização e no reconhecimento dos processos educacionais desses sujeitos e na construção de outro projeto histórico societário vinculado as lutas sociais para além do capital (ARROYO, 2012; CALDART, 2012ab; BORGES, 2015, BORGES; VILHENA JÚNIOR, 2016; MÉSZÁROS, 2011).

Este processo de inclusão e de reconhecimento dos processos educacionais do sujeito do campo surge por meio dos Movimentos Sociais, sobretudo, do Movimento Sem Terra, com objetivo de afirmar que o campo é mais que um perímetro geográfico, mas é um espaço de produção de vida, cultura, conhecimento, saberes tradicionais, sujeitos que produzem e reproduzem, trabalham e criam um estilo de vida no campo. Sendo assim, a Educação do/no Campo vem como uma proposta política de luta pela garantia e reconhecimento dos trabalhadores do campo, como também, os processos educacionais e a sua identidade.

Com isso, adentrando no objetivo do trabalho que é discutir as bases filosóficas/epistemológicas que embasam a concepção de Educação do/no Campo, por entender que tais questões são centrais, para a compreensão crítica da realidade educacional camponesa, num contexto de luta de classes e projetos antagônicos de sociedade, educação, escola e formação do homem em disputa.

Diante do exposto, temos a pretensão de apontarmos quais as bases epistemológicas prioritárias que dão materialidade à origem e fundamentam a construção da Educação do/no Campo enquanto paradigma e concepção de educação contra-hegemônica, e quem são seus pensadores. Deste modo, o respectivo trabalho se divide duas seções, a primeira trata da contextualização da Educação do/no Campo, onde buscamos apresentar uma breve síntese do surgimento e da implementação da Educação do/no Campo como política pública no Brasil. E na segunda seção, tratamos das bases epistemológicas da Educação do/no Campo, em que temos a pretensão de apresentar as bases filosóficas e epistemológicas para a discussão e o desenvolvimento da Educação do/no Campo.

I. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

No Brasil, a princípio, a compreensão para a educação do meio rural foi pensada como uma adaptação do ensino urbano, na tentativa de adequá-la ao modelo de desenvolvimento econômico do país, em um contexto em que a própria escola era tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e à classe trabalhadora camponesa foram negados o acesso e a garantia do direito à educação básica (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011; BORGES, SOUZA, 2021). Nesse cenário, Leite (2002, p. 14) enfatiza que,

A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária,

conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade”.

De acordo com Borges (2015, p. 51), o modelo de educação rural é:

[...] oferecida pelo sistema administrativo da educação brasileira, a qual se constitui num modelo precário de formação aos sujeitos do campo, reprodutor da lógica do capitalismo, cuja formação de mão de obra centra-se para o mercado, baseando-se na competição, no individualismo tendo como paradigma a iniciativa privada e não o público, tornando os sujeitos do campo seres invisíveis, ou melhor, excluídos da vida do país.

A educação rural era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos (ROSA; CAETANO, 2008, p.23). E a ideia que se tinha sobre o camponês, era como “o personagem ‘Jeca Tatu’, criado por Monteiro Lobato para indicar o caipira da região rural de São Paulo relegado pelo Estado, foi inculcado no imaginário social brasileiro para se referir ao sujeito do campo como ‘miserável’, ‘pobre’ e ‘desleixado’”, ou seja, a concepção de educação rural predominou até a metade do século XX (LOCKS; GRAUPE e PEREIRA, 2015).

Entretanto, a construção e a reivindicação de uma Educação do/no Campo estão voltadas para os interesses e as necessidades da população camponesa. Portanto, a Educação do/no Campo se contrapõe à educação rural, e rompe com a ideia de educação rural ou população rural, para que haja o reconhecimento da identidade e da cultura, almejando uma educação autônoma e inclusiva (BORGES, 2015; TRAVESSINI, 2015). De forma, que a Educação do Campo é um fenômeno recente na realidade brasileira, nasce em contraposição à Educação Rural, como crítica à situação social e educacional dos povos que vivem no/do campo, da luta pela terra e reforma agrária, e por políticas públicas, tendo nos Movimentos Sociais seus principais protagonistas (BORGES, SOUZA, 2021).

Nessa conjuntura, os movimentos sociais do campo, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contribuíram significativamente para as alterações na construção de uma educação campesina que vai na contramão da educação rural, inicialmente pensada para preenchimento de áreas desabitadas e para a reprodução do modo capitalista de produção. Os movimentos sociais marcaram a história de nosso país, e possuem força sociopolítica que propulsaram mudanças sociais diversas e “representa a vontade da sociedade ou parte de um determinado coletivo, por meio de ações para atingirem a mudança social desejada. [...], que gera pressão/mobilização, para atender as reivindicações das contradições sociais” (BORGES; VILHENA JÚNIOR, 2016, p.81-82).

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. As discussões de preparação da I Conferência iniciaram-se em agosto de 1997, logo após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em julho daquele ano, evento em que algumas entidades desafiaram o MST a levantar uma discussão mais ampla sobre a educação no meio rural brasileiro (CALDART, 2012c, p. 259-260).

A concepção de Educação do Campo estar criticamente voltada aos interesses dos povos que habitam e trabalham no campo, ou seja,

[...] voltada ao interesse do campo, voltada ao interesse e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a exploração e a expropriação, ou seja, este *do* campo tem o sentido do pluralismo das idéias e das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (conforme os artigos 206 e 216 da nossa Constituição) [grifo do autor] (KOLLING; NERY; MOLINA, 2011, p. 28-29).

Nesse sentido, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação da classe trabalhadora camponesa e sua formação humana. Trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas *com* ele, nem muito menos *para* ele. De modo que a perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino (CALDART, 2004), ou seja, pensar a Educação do/no Campo⁶, é pensar na luta dos(as) trabalhadores(as) do campo no contexto brasileiro, sobretudo a luta em prol de direitos públicos (BORGES, 2015).

Portanto, a Educação do Campo é um paradigma em construção, emergiu das demandas, lutas e conquistas dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais e sindicais camponeses, visando a construção de uma política de educação global que contribuísse na luta por ações concretas e que garantisse o direito universal a homens, mulheres, idosos, jovens e crianças do campo há uma educação que atendesse às necessidades desses sujeitos, ao mesmo tempo em que permitisse-os lutar pela terra e em defesa da Reforma Agrária, marcação e afirmação dos territórios camponeses.

Nesse sentido, para compreender essa concepção de educação revolucionária da classe trabalhadora em luta para libertar-se da alienação imposta pelo modo de produção capitalista, é necessário conhecer e refletir sobre bases epistemológicas que sustentam suas intencionalidades pautadas na perspectiva contra-hegemônica.

II. AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Como podemos perceber, a Educação do/no Campo surge do interesse e da necessidade de uma escola do campo por meio das lutas e reivindicações da classe trabalhadora camponesa em prol de melhoria e da qualidade da educação. A construção epistemológica que materializa e fundamenta a Educação do Campo não é uma ideia aleatória ou fragmentada ao longo da história da educação, sua sustentação tem bases epistemológica e filosófica, que fazem parte de um projeto histórico de campo vinculado a uma concepção de formação humana, que se contrapõe a lógica do capital.

Visando contribuir com este debate, trazemos o estudo das bases epistemológicas da Educação do Campo, as quais é dividida em três correntes filosóficas/epistemológicas de referência e sua compreensão perpassa pela filosofia crítica marxista. A primeira diz respeito a Pedagogia Socialista; a segunda a Pedagogia do Oprimido e toda tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação

⁶A expressão “do/no” campo é usada para distanciar-se da educação para o campo, ruralista, formatada de cima para baixo, sem que haja a participação das populações camponesas no construto da elaboração da educação., isto é, de suas especificidades e demandas (ROSSI, 2014).

Popular; e a terceira é conhecida como Pedagogia do Movimento (CALDART, 2004; BORGES, 2015).

2.1 Pedagogia Socialista

A base epistemológica e filosófica da pedagogia socialista é fundamentada pelos pedagogos socialistas Moisy Mikhailovich Pistrak (1888-1937), Viktor Nikolaevich Shulgín (1894-1965), Nadejda Konstantinovna Krupskaja (1869-1939), Anton Semionovich Makarenko (1888-1939), Pavel Blonskye (1884-1941) outros. Para Borges (2015), estes autores foram essenciais para proporcionar as bases epistemológica e filosófica que organizam as reflexões e práticas para a Educação do/no Campo. De acordo com a autora (2015, p. 58), a Pedagogia Socialista:

[...] ocorreu em função da Revolução de 1917, pois a tomada do poder precisava materializar-se em uma nova sociedade, rompendo com o período czarista e com a formação oferecida pela escola até então. A nova realidade política reconhecia a necessidade de uma escola para formar homens e mulheres trabalhadores cultos, para assumir o controle da nova sociedade. Para isso, deveria superar o modelo feudal de formação que as poucas escolas proporcionavam aos soviéticos. Assim, intensificou-se o ensino em massa, visando a rompimento com o analfabetismo e com o baixo índice de escolaridade que predominava, além da corrida pelo conhecimento científico e tecnológico para colocar a União Soviética como um país que simbolizaria o avanço do socialismo. Desta forma, a escola precisava transformar a sua estrutura, sua organização e funcionamento, envolvendo a relação entre educação e o trabalho, reforçando a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva, através da reflexão da cultura no processo histórico, associando as questões do processo de aprendizagem ao ensino, tendo a psicologia sociocultural junto a outras ciências na perspectiva humanista crítica.

A Pedagogia Socialista surge nessa concepção sócio-histórica, decorrente da concepção marxista da história, fundamentada no socialismo científico, visando superar o caráter utópico que marcava essa visão do socialismo. Sua fundamentação científica foi desvelada por Marx com a “teoria da mais-valia”, segredo da produção capitalista (SAVIANI, 2011). Desse modo, a Revolução Russa de 1917, contribuiu para a primeira tentativa de construção de uma sociedade socialista e trouxe para o campo educacional, a partir das reflexões da teoria marxista, a formulação de uma pedagogia socialista que se propôs a discutir o papel da educação numa sociedade com luta de classes, a partir de experiências concretas, e da articulação entre educação e trabalho.

A concepção do trabalho pedagógico socialista é centrada no *coletivo* associado ao *trabalho*, como processo educativo do sujeito (BORGES, 2015). Por isso, para os soviéticos tanto a pedagogia quanto a escola possuem uma função essencial para a transformação social, sobretudo a realidade do sujeito. Freitas (2012, p. 337), destaca a “[...] importância da escola como um instrumento de luta na construção de uma nova sociedade, na perspectiva de que esta atenda aos interesses da classe trabalhadora [...], como instrumento de sua conscientização e emancipação [...]”.

No quadro 1, podemos acompanhar as concepções filosóficas de alguns expoentes da Pedagogia Socialista. Destacamos cinco autores que contribuem de forma significativa para a fundamentação e sustentação da Educação do/no Campo.

Quadro 1 - Pensadores socialista

PENSADORES	BIOGRAFIA	PRINCIPAIS PONTOS DOS SEUS PENSANENTOS
<p>NadejdaKonstantinovnaKRUPSKAYA (1869-1939)</p>	<p>Pedagoga russa responsável por reformas importantes na educação, durante o período revolucionário da União Soviética, no início do século XX. Considerada uma personalidade da época pré-revolucionária, apontada como uma das mulheres mais instruídas, cultas e informadas da sua geração. Fundadora da pedagogia pré-escolar soviética. Ocupou a função de vice-comissária para Instrução Pública na União Soviética.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tem o trabalho como princípio educativo, para o processo de desenvolvimento pessoal e coletivo do sujeito. - O professor tem um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. - O ensino é focado na complexidade e não na divisão das disciplinas.
<p>Viktor NikolaevichSHULGIN (1894-1965)</p>	<p>Militante político, teórico da Pedagogia do Meio, participa da construção da Escola-Comuna junto com Pistrak e crítico de John Dewey e escreveu vários livros tratando sobre a educação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Explorou o conceito de Politecnismo - O conceito de Pedagogia relaciona a escola e o meio, a produção, as organizações sociais e políticas e a participação ativa dos estudantes no meio social; - O trabalho é compreendido como socialmente necessário; - Articulação do ensino com o trabalho produtivo, permitindo que se pense um sistema politécnico desde a Educação Infantil.
<p>Moisy Mikhailovich PISTRAK (1888-1937)</p>	<p>Professor, militante comunista e educador do povo russo. Foi um dos líderes da construção da escola soviética e da Pedagogia Marxista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Doutor em Ciências Pedagógicas, graduado em Física-Matemática pela Universidade de Varsóvia, em 1914. Foi diretor de várias escolas e institutos. Foi perseguido e fuzilado em 1937.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A revolução é compreendida por meio da educação, sobretudo, nos ensinamentos: fundamental e médio; - A questão principal do ensino, está focalizada nos métodos e conteúdos; - Ruptura com o velho sistema de educação; - As crianças e jovens tinha lugar de destaque na construção da nova sociedade soviética, por meio da educação. - Fundamenta-se na relação homem e realidade social; - Gestão escolar participativa.
<p>Anton Semionovich MAKARENKO (1888-1939)</p>	<p>Filho de um operário ferroviário e de uma dona-de-casa. Aprendeu a ler e escrever com a mãe, como a maioria das crianças da época. Aos 17 anos, concluiu o curso de magistério e entrou em contato com as ideias revolucionárias de Lênin e Máximo Gorki, que influenciaram sua visão de mundo e de educação. De 1920 a 1928, Makarenko viveu sua mais marcante experiência: na direção da Colônia Gorki, instituição rural que atendia crianças e jovens órfãos que haviam vivido na marginalidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A educação para crianças e jovens, tem como base a coletividade, o autoconsolo, o trabalho e a disciplina
<p>Pavel BLONSKY (1884-1941)</p>	<p>Nascido em Kiev no ano de 1884. Ele se formou na faculdade histórico-filológica, da Universidade de Kiev. Publicou a pesquisa histórica e filosófica: O problema da realidade em Berkeley; problema ético com Ed. Gartmana etc. Em 1913, tornou-se professor assistente na Universidade de Moscou. Além dos estudos históricos e filosóficos, muita atenção para os problemas da psicologia e da pedagogia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Superação do pensamento liberalista burguês no sistema de ensino; - Inserção do pensamento marxista no processo de ensino; - Tem como princípios, a solidariedade de classe e amorosidade;

	ensino e disciplina pedagógica na universidade Shanyavsky. Em seus artigos deste período considerou a possibilidade de desenvolvimento do sistema de ensino sob o socialismo (Por que todos os trabalhadores devem ser socialistas, escola e sistema social).	
--	---	--

Fonte: Construído a partir de Borges (2015).

Para estes pensadores(as) a escola e a pedagogia tinham funções essenciais para o desenvolvimento dos sujeitos e para a transformação social. O espaço escolar nos pensamentos deles é importante para promover a conscientização e a emancipação do sujeito (BORGES, 2015).

Nesse sentido, a Pedagogia Socialista enquanto uma das bases epistemológicas da Educação do Campo contribui para pensar a relação entre educação e produção da realidade dos sujeitos do campo; pois traz a dimensão pedagógica do trabalho e da organização coletiva, e a reflexão sobre a dimensão da cultura no processo histórico, que podemos hoje combinar com algumas questões específicas dos processos de aprendizagem e ensino que nos vêm de estudos mais recentes da psicologia sociocultural e de outras ciências que buscam compreender os processos educativos na perspectiva humanista e crítica (CALDART, 2004).

Com isso, as contribuições da Pedagogia Socialista na Educação do Campo permitem pensar um projeto societário transformador e revolucionário visando a superação das classes sociais, do próprio desenvolvimento do sistema capitalista e da alienação imposta pelo trabalho alienado. Nesta perspectiva, a educação da classe trabalhadora adquire caráter contra-hegemônico, pauta-se na proposta de formação humana, em que os sujeitos do campo desempenhem seu papel histórico revolucionário na luta contra o capital.

2.2 Pedagogia do Oprimido e Educação Popular

A *Pedagogia do Oprimido* e toda a tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação Popular tem como base Paulo Freire, e incluem o diálogo com as matrizes pedagógicas da opressão (a dimensão educativa da própria condição de oprimido) e da cultura (a cultura como formadora do ser humano). Assim, a Educação do Campo por meio da realização da prática pedagógica do oprimido proporciona a legitimação dos sujeitos do campo num projeto emancipatório e educativo (CALDART, 2004; BORGES, 2015).

Por isso, essa configuração tem sido sustentada pela filosofia da emancipação ou filosofia libertária proposta por Paulo Freire, ancorada na compreensão que “[...] este fim, só encontra viabilidade de realização numa pedagogia em que a própria classe trabalhadora consiga criar condições de refletir e se (re)descobrir enquanto sujeito ativo na construção histórica” (ROSSI, 2014, p. 17).

A filosofia libertária, denominada *Pedagogia do Oprimido*, não é só uma obra a qual Paulo Freire escreveu para mostrar a tensão que há entre sociedade e Estado, mas de sustentar as práticas sociais que promovam educação para a conscientização dos (as) trabalhadores (as). Portanto, a Pedagogia do Oprimido:

[...] é um conceito, uma concepção de educação construída em um contexto histórico político concreto. É uma concepção e prática pedagógicas construídas e reconstruídas nas experiências sociais e históricas de opressão e nas resistências dos oprimidos, dos movimentos sociais pela libertação de tantas formas persistentes de opressão (ARROYO, 2012, p. 556).

De acordo com Borges (2015), para compreender a relação da Educação do/no Campo com a Pedagogia do Oprimido, é necessário um breve resgate da luta da sociedade, sobretudo do trabalhador do campo por uma “Educação Popular enquanto Escola Pública, ou seja, educação escolar **para e do povo**” (idem, 2015, p. 64, grifo da autora). Segundo Brandão (2012) a Educação Popular é educação das classes populares, ou seja, é uma prática pedagógica politicamente a serviço das classes populares, sendo atribuída a tarefa histórica de realização das transformações sociais a que deve servir a educação. Assim, a luta por uma educação popular não é uma questão recente que surge com os movimentos sociais contemporâneos, mas esta luta de classes vem sendo percorrida desde o século XVI, no período da Reforma Protestante, em que se lutavam pela ampliação e universalização do acesso à leitura (BORGES, 2015). Pois, neste período somente o alto Clero tinha acesso às leituras da sagrada escritura. E posteriormente, no século XVIII, com a Revolução Francesa, a sociedade passa a exigir não só o acesso à leitura, como também “acesso à escola pública, compreendendo que a escola estatal seria uma educação popular, ou seja, que a universalização escolar possibilitaria a igualdade de oportunidade social” (Idem, 2015, p. 65).

À época a escola pública, oferecida à população, como instituição do Estado, não correspondia e nem corresponde a uma educação escolar para atender às camadas populares, por ser uma escola de ideais burgueses, feitas para o povo, sem a participação da sociedade civil. Essa escola fica limitada às relações pedagógicas, tendo os conteúdos escolares voltados para as disciplinas, em que se divide conhecimento em fragmentos sem entendimento do todo sem vínculo com a realidade, centrando-se na preocupação com seus membros para convivência na sociedade de forma harmoniosa e no mercado de trabalho (BORGES, 2015, p. 65).

Podemos perceber forte relação da Educação Popular com a Pedagogia do Oprimido. A Educação Popular é um movimento conflitante e que não é hegemônico, tendo como tarefa a prática social do trabalhador do campo, que viabilize a conscientização para a prática da autonomia do sujeito. “Educação Popular não significa apenas uma proposta avançada da educação do povo, ou seja, é um movimento pedagógico com uma proposta política de sociedade” (BORGES, 2015, p. 68). De fato, a educação popular não é uma educação pensada e planejada para a classe trabalhadora, mas uma educação construída com eles, com sua intervenção refletida racionalmente, oriunda dos próprios trabalhadores, ou seja, a partir da realidade do oprimido, configura um aporte para sua emancipação, nesse sentido a sua consciência de mundo é elemento estruturante da Pedagogia da Educação Popular (ROSSI, 2014).

As contribuições da Pedagogia do Oprimido proposta por Paulo Freire na Educação do Campo, vem nessa luta de emancipação da sociedade, sobretudo o homem do campo, em que está a pedagogia que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação. É tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos (FREIRE, 2013). Nesta pedagogia, a concepção de mundo supera a ideia do ser humano como ser oprimido e subserviente, rompendo com a consciência hospedeira, desnaturalizando a sua condição no mundo da opressão (BORGES, 2015).

A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não “humanitarista”, pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização (FREIRE, 2013, p. 22).

Desse modo, a Pedagogia do Oprimido tem se tornado referência enquanto práxis do trabalho pedagógico da Educação Popular, presente nos vários movimentos sociais, dirigidos por pessoas ligadas à concepção do Movimento Popular, por ter, na sua essencialidade, o objetivo de formar pensamentos e subjetividades emancipadores dos sujeitos, para construção de uma nova sociedade (BORGES, 2015).

Nessa base epistemológica, o trabalho adquire princípio educativo na vivência e na reação libertação da opressão como matriz formadora. Ao exposto, compreendemos que a construção do conhecimento é inseparável do contexto político e cultural. E que por meio das experiências sociais e históricas do homem em que é oprimido, as práticas pedagógicas e as concepções são [re]construídas (BORGES, 2015; ARROYO, 2012).

Para Rossi (2014) a Pedagogia do Oprimido defende uma educação popular no campo, possui esperança e incentiva criticamente à participação coletiva e solidária rumo a uma sociedade para além do capital, pois está ancorada pelo desenvolvimento dos laços solidários entre os Sem Terra, pela indissocialidade dos conteúdos pedagógicos das lutas diárias do Assentamento e pelo aprofundamento dos laços comunitários de criação de tecnologias de produção contrárias aos padrões do agronegócio.

Nesse sentido, a Pedagogia do Oprimido com toda tradição da Educação Popular e do pensamento freireano embasam a concepção da Educação do Campo e contribuem para a resistência do povo camponês ao sistema excludente e sua criatividade em buscar soluções para problemas cotidianos vem do coletivo organizado e participativo que se colocam a serviço da justiça social.

2.3 Pedagogia do Movimento

A Educação do/no Campo tem se configurado como uma prática pedagógica de emancipação do homem do campo, a qual potencializa a práxis dos movimentos sociais pela luta e resistência contra as propostas do Estado que tentam diluir os direitos sociais historicamente conquistados.

A Pedagogia do Movimento é uma reflexão teórica pedagógica mais recente, que também dialoga com a pedagogia socialista e a pedagogia do oprimido. Entretanto, está matriz pedagógica tem como referências o campo e as lutas sociais, portanto, se produz nas experiências educativas dos próprios movimentos sociais, principalmente dos movimentos sociais do campo, no mesmo tempo histórico da Educação do Campo (CALDART, 2004).

O que percebemos nas três dimensões filosóficas, é que elas têm em comum *a teoria crítica*, pois, “os Movimentos Sociais possibilitam uma práxis, por estarem numa relação dialética com suas próprias lutas, possibilitando ação-reflexão-ação” (BORGES, 2015, p. 75). Ou seja, a pedagogia do movimento tem um caráter sócio-político e cultural pautado nas ações coletivas.

Para Caldart (2012, p. 548) a Pedagogia do Movimento apresenta dois sentidos, a saber:

Como nome abreviado de **Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (MST), identifica uma síntese de compreensão do trabalho de educação desenvolvido por este movimento social de trabalhadores, produzida por ele próprio ou desdesua dinâmica histórica. Como conceito específico, a Pedagogia do Movimento toma o processo formativo do sujeito Sem Terra para além de si mesmo e como objeto da pedagogia, entendida aqui como teoria e prática da formação humana, reencontrando-se com sua questão originária: entender como se dá a constituição do ser humano, paranós, como ser social e histórico, processo que tem exatamente no movimento (historicidade) um dos seus componentes essenciais.

O segundo sentido se produz desde a base material do primeiro, mas a sutileza desta distinção se relaciona aos objetivos mais amplos de sua formulação. A Pedagogia do Movimento afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana. Ela também afirma que essa compreensão nos ajuda a pensar e a fazer a educação dos sujeitos da transformação das relações sociais, que produzem, na atualidade e contraditoriamente, organizações de trabalhadores como o MST. E, pelo movimento da espiral dialética, pode ser uma chave de análise para o próprio MST, mas não só ele, refletindo criticamente sobre suas práticas educativas, cotejando-as com seus objetivos sociais e formativos mais amplos. [grifos da autora].

A construção da concepção da pedagogia do movimento partindo da reflexão de Caldart (2012) tem como categorias a educação, a formação humana e a sociedade, estas três dimensões têm o objetivo de mostrar que o homem é parte ativa na construção de sua realidade. Ou seja, para a pedagogia do movimento é indubitável a construção do conhecimento sem que seja por meio da cultura e da história do sujeito, promovendo a transformação do mesmo e da sociedade, resultando num devir mútuo. Rossi (2014, p.69) concorda e acrescenta que,

É essa prática educativa presente no ato político dos movimentos, [...], que está presente sua educação, pois a vida educa e as pessoas educam suas lutas, unidos por uma cultura e consciência libertadora, que permita surgir uma outra sociedade, qualitativamente mais justa e atual.

Nessa conjuntura, compreende-se que a Pedagogia do Movimento, enquanto uma das matrizes de referência da Educação do Campo, é fundamental na construção de um projeto societário histórico, político e educativo, em que “[...] a escola tem um papel revolucionário para educar para luta, para justiça, para liberdade, para democracia numa perspectiva crítica; inclusive sobre os próprios movimentos e de sua prática educativa” (BORGES, 2015, p. 81).

Sendo assim, a escola é parte integrante desse processo formativo, em que o próprio movimento e sua dinâmica histórica é capaz de produzir e desencadear das ações de formação coletivas em suas vivências como movimento sociocultural e de prática social, cuja formação de sujeito é comprometida com questões sociais. De modo que a Pedagogia do Movimento se constrói pela prática social, sendo ela mesma o princípio educativo (CALDART, 2012b).

Os movimentos mostram-se como prática educativa do/no campo, onde todos os sujeitos se educam em um processo dialético. Nesse sentido, coloca suas lutas como elemento integrante de suas necessidades formativas, caminhando no sentido oposto do ensino enciclopédico – sem crítica e/ou reflexão, buscando romper com o sistema vigente que subjuga, expropria o trabalho de homens, mulheres e crianças, colocando-os em condição de explorados.

Destarte, para poder haver mudanças no atual sistema educacional, é preciso que haja rupturas e reformas que visem preparar os sujeitos para a vida e não com exclusividade mercadológica. E nesse sentido, o elemento político supracitado torna-se imprescindível na formação dos sujeitos em geral, e mais ainda dos sujeitos do campo, a fim de que esses possam atuar na sociedade de modo efetivo.

Portanto, os movimentos sociais do campo lutam por uma educação que promova a emancipação dos sujeitos, reverberando na construção de uma sociedade sem classes e, defendem como condição precípua para este fim o envolvimento e participação das populações do campo na construção de outra ordem social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo objetivamos discutir as bases epistemológicas que materializam e fundamentam a Educação de Educação do Campo enquanto paradigma contra-hegemônico. As discussões envolvidas neste estudo permitiram compreender que a concepção de Educação do/no Campo está fundamentada numa perspectiva crítica marxista de emancipação social e humana, sendo suas bases epistemológicas a Pedagogia Socialista; a Pedagogia do Oprimido e toda tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação Popular; e a Pedagogia do Movimento.

No desvelar dessas matrizes de referências, percebeu-se que as pedagogias estudadas se pautam em uma perspectiva contra-hegemônica. Estas dialogam entre si e possuem elementos em comum, como a superação de uma sociedade de classes, a articulação entre educação e trabalho coletivo e socialmente necessário, que nada tem a ver com o trabalho alienado em detrimento do capital, mas o trabalho é entendido como princípio educativo, pedagógico e emancipatório.

Como desfecho, essas bases epistemológicas compreendem que escola pode ajudar na construção de um novo projeto societário, numa sociedade sem classes, a partir de uma formação humana, em que os sujeitos compreendam o contexto das condições, contradições e possibilidades em que estão inseridos, podendo superar sua condição de oprimido.

Diante do exposto, o estudo da Pedagogia Socialista, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia do Movimento contribuem para a formulação da concepção de Educação do Campo como paradigma que defende e luta por um novo projeto político e revolucionário de campo, em que a classe trabalhadora assuma o controle sobre seu destino.

Certos do que essa discussão é ampla e não se esgota neste texto, esperamos que outros estudos possam se aprofundar nas lacunas deixadas por estes, e possam contribuir nas reflexões sobre Educação do Campo e suas bases epistemológicas.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Pedagogia do oprimido. In: CALDART, Roseli Salette et al., (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- ARROYO, M. G.; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Monica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BORGES, H. da S. **Formação Contínua de Professores (as) da Educação do Campo no Amazonas**. Tese de Doutorado. Manaus: UFAM – PPGE, 2015.
- BORGES, H. S.; VILHENA JÚNIOR, W. M. Movimentos sociais do campo e a disputa pela terra. In: Borges, H. S.; Mourão, A. R. B (Orgs.). **Trabalho e Educação do/no Campo: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica**. Manaus. EDUA, 2016.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. Col. Primeiros Passos. n°. 20, São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salette et al., (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012c.
- CALDART, R. S. Pedagogia do Campo: Sem Terra. São Paulo. Expressão Popular. CALDART, Roseli Salette et al., (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012b.
- CALDART, R. S. Pedagogia do movimento. In: CALDART, Roseli Salette et al., (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a.

Heloisa da Silva Borges, Ivanilde de Lima Pinheiro, Iraci Carvalho Uchôa, Érica de Souza e Souza– **As Bases Epistemológicas da Educação do/no Campo**

- CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Por uma Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. p. 10-31.
- Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2013.
- KOLLING, E. J.; NÉRY, I; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2011.
- LETE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 1. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOCKS, G.A, GRAUPE, M.E; PEREIRA, J.A. Educação do campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios. Conjectura: **Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 131-154, 2015.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.
- ROSA, D. S. da; CAETANO, M. R. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...seus desafios e suas perspectivas. **COLÓQUIO – Revista Científica da Faccat**, v. 6, n. (1-2), p. 21-33, jan/dez/2008. Disponível em: http://www2.faccat.br/download/pdf/coloquio/6/da_educacao_rural
- ROSSI, R. **Educação do Campo**: questões de luta e pesquisa. 1. ed. Curitiba, PR:CV, 2014.
- SAVIANI, D. Marxismo e pedagogia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 16–27, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639892. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639892>. Acesso em: 20 set. 2022.